



Quinta-Feira, 26 de Março de 2020

ATUALIDADES

TEMAS

CRISE ECONÔMICA

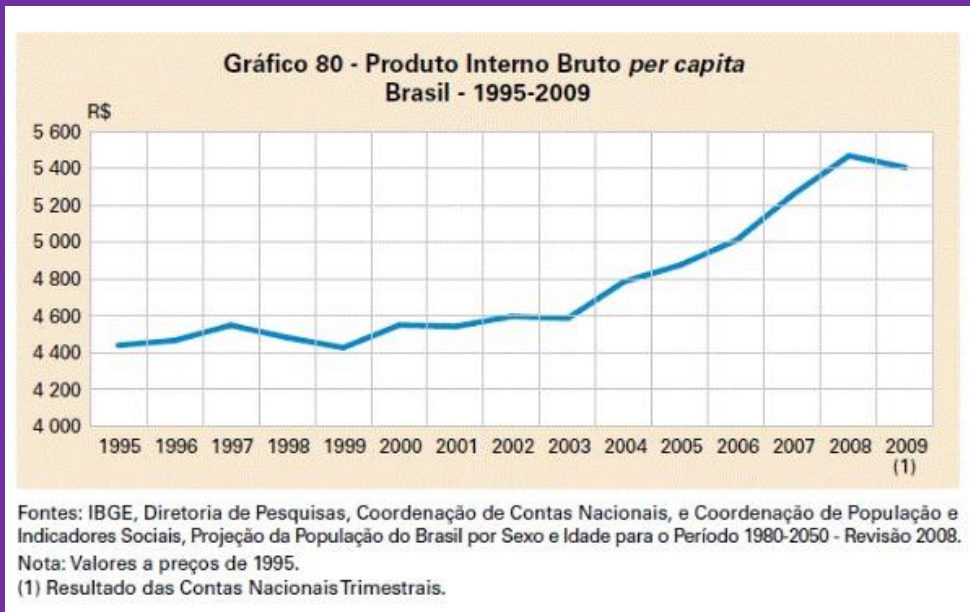
A crise econômica do Brasil é atribuída a uma série de fatores, pois seria impossível apontar apenas um motivo para explicá-la.

Podemos entendê-la a partir das próprias condições históricas do Brasil como o fato do país ter sido um tradicional fornecedor de matérias-primas.

Igualmente, por conta das desigualdades estruturais, quando há crescimento econômico no Brasil, nem todos os segmentos da sociedade são beneficiados.

O governo Lula começou com um país estabilizado e sem inflação. Faltava apenas começar o crescimento econômico que haviam prometido e nunca se cumpria.

Para isso, o governo Lula aplicou uma política de juros subsidiados e crédito barato para os empresários escolhidos pelo governo. Também tornou o governo um grande investidor e realizou inúmeras obras públicas.



As consequências foram a elevação da renda das classes D e E, mudança de hábitos de consumo e investimentos, e um forte aumento de demanda por parte da população brasileira. Não foi estimulada a poupança, nem os investimentos a longo prazo.

A situação externa era favorável, pois o mundo vivia um forte aumento de exportações das commodities.

Quando a crise mundial se instalou em 2008, o governo Lula aplicou medidas que garantissem que o mercado interno, agora maior, continuasse a sustentar a demanda brasileira.

Assim, aplicou uma série de isenções de impostos a produtos eletrodomésticos, automóveis e construção. O Brasil chegou a registrar uma taxa de crescimento do PIB de 7,6% em 2010.

Governo Dilma

No entanto, em 2010, o governo Lula termina e sua sucessora Dilma Rousseff não tem a mesma habilidade para unir o governo em torno do seu projeto.

Ela repetiu a mesmas políticas de Lula: continuaram os juros subsidiados, crédito barato para os empresários aliados do governo, acrescidas de taxas de exoneração, isenção fiscal e desvalorização cambial.

Esta simbiose entre os empresários favoritos do governo acabou gerando corrupção e ineficiência. Isto é fácil de verificar com a investigação conhecida como Lava-Jato.

Do mesmo modo, houve o congelamento de tarifas públicas para evitar o aumento da inflação. Entretanto, ocorreu a quebra de contrato com as empresas de eletricidade que acabaram repassando os custos para a população.

Com essas medidas, o país entrou em recessão técnica em meados de 2014 com queda da produção industrial, dos salários reais e do PIB em 3,8% em 2015.

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff anunciou uma série de aumentos de impostos como o IPI dos produtos industrializados e o IOF sobre as transações financeiras.

Com todas essas resoluções, várias empresas brasileiras do setor têxtil e plástico mudaram-se para o vizinho Paraguai a fim de escapar dos altos impostos brasileiros.

Desta maneira, a popularidade da presidente Dilma caía, na mesma proporção que ela não era capaz de articular alianças entre seu partido e seus aliados.

A gravidade da situação se intensificou com uma crise política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Para conter a crise, seu sucessor, Michel Temer, adotou várias medidas econômicas, como a PEC do teto dos gastos, a reforma trabalhista e a Lei da terceirização. Muitas dessas medidas se tornaram impopulares por seus riscos de precarização do trabalho e das

possíveis consequências para a população diante das dificuldades que educação, saúde e segurança pública enfrentarão nos próximos anos com o congelamento dos gastos.